

# Amazônia democratiza educação

## Projetos estimulam a participação da comunidade

Um conselho de pais, professores e alunos se reúne para discutir a escola, numa favela na periferia de Belém. Moradores de áreas de invasão reconstruem a história de um bairro, em Rio Branco. Índios do Acre e do Amazonas participam da organização de projetos de alfabetização bilingüe. Os seringueiros do Acre criam uma nova escola rural, adaptada à vida na floresta e ao extrativismo.

Estas cenas fazem parte das experiências de educação e cultura apoiadas pela Fundação Nacional Pró-Memória, do Ministério da Cultura, na Amazônia, dentro do projeto interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no País. São experiências baseadas no cotidiano da comunidade e em sua participação nas decisões sobre o conteúdo, a maneira de ensinar, a organização, a arquitetura e a gestão da escola. O sucesso dessas experiências leva as comunidades a reivindicar sua ampliação e as redes oficiais começam a estudar formas de incorporar suas propostas, enquanto se debatem com os problemas crônicos da educação brasileira, agravados pelas condições locais.

Para os sociólogos Nanci Aléssio Magalhães e José Walter Nunes, que acompanham o Projeto Interação na Amazônia, a atuação da escola na região é marcada, em geral, pela exclusão de grande parte dos alunos, "por não levar em conta as condições de trabalho de alunos e professores e a realidade da comunidade, ou pela inexistência mesmo da escola".

Altos índices de analfabetismo, repetência e evasão são problemas que indicam o distanciamento entre as práticas desenvolvidas pela escola tradicional e as necessidades da comunidade. "A maior parte dos alunos, por exemplo, trabalha desde cedo, muitos a partir dos sete anos", diz José Walter Nunes. E a escola da Amazônia continua a tratá-los como estudantes de classe média das grandes cidades brasileiras.

— Os professores usam um material didático que nada diz a respeito da realidade que eles estão vivendo e, além disso, utilizam esse material de forma mecânica, repetitiva, sem reflexão — afirma Nanci Magalhães. Segundo a socióloga, o livro didático no Brasil se constitui, em geral, de planos de aulas bastante superficiais, resumidos e estandardizados.

Na Amazônia, a maior parte dos professores é "leiga" e se restringe, freqüentemente, a "passar para o quadro-negro o conteúdo das lições desses livros, com a maior insegurança, receosa, inclusive, do questionamento dos alunos e, principalmente, da fiscalização exercida sobre o professor pelos organismos estaduais, que cobram a execução de programas, sem se deter na questão dos conteúdos e sua relação com a realidade cultural vivida por alunos e professores".

### SALÁRIO BAIXO

Os professores, em geral, de acordo com Nanci Magalhães, recebem um salário tão baixo que são obrigados a buscar outras al-

ternativas de sobrevivência. É comum, também, que passem meses sem receber o salário e, quando o recebem, são lavados a financiar a merenda escolar, como testemunhou em Brasília, em outubro, no encontro nacional de seringueiros da Amazônia, o seringueiro Manoel, do Acre. Ele afirmou, ainda, que em muitas escolas os alunos estudam sem receber a merenda.

Além disso, as relações de trabalho nessa região delimitam o quadro onde se move a ação educacional e condicionam a existência desse quadro educacional precário. "Em termos do extrativismo vegetal e mineral, as relações de trabalho são semi-escravas, reduzindo o acesso à ação educacional", afirma o sociólogo José Walter Nunes.

Para Nanci Magalhães, as sucessivas crises na economia extrativista, com a forte penetração dos projetos agropecuários, provocaram, por outro lado, uma evidente "inchação" dos espaços urbanos das cidades de porte-médio da região, como Manaus, Rio Branco, Porto Velho e Belém. Além da população que foi expulsa do interior para a periferia das cidades, em

**As novas experiências  
são fundamentadas  
no trabalho e na  
cultura amazônica**

função das políticas econômicas desenvolvidas na região os projetos de colonização criaram, também, uma nova demanda educacional.

Como a Amazônia tem sido considerada uma área de expansão da fronteira agrícola brasileira, para lá tem afluído correntes migratórias de diferentes conteúdos e composição social, dependendo das especificidades do processo de crise regional a partir do qual se originaram. Nos assentamentos dos projetos de colonização, a escola funciona de uma forma muito precária porque acaba se incorporando ao quadro anterior da região — afirma a socióloga.

### EXPERIÊNCIAS

Com a proposta de repensar a educação brasileira a partir do fortalecimento da identidade cultural, e entendendo a cultura como a matéria-prima da educação, o projeto interação desenvolve experiências inovadoras na região, através do apoio a iniciativas da sociedade civil. Nesta linha, o Ministério da Cultura dá apoio ao

Projeto Escolonização, sob a responsabilidade da Universidade Federal do Mato Grosso; Projeto Canarana, da Prefeitura de Canarana, em MT; Projeto Seringueiro, no Acre, e projetos em áreas indígenas nos Estados do Acre e Amazonas, sob a responsabilidade da comissão Pró-Índio e da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Projeto Bengüi, na periferia de Belém, da República do Pequeno Vendedor; Projeto Participação e Mudança, da Secretaria de Educação e Cultura do Acre e outros.

O bairro de Bengüi, na periferia de Belém, foi formado pela expulsão dos trabalhadores de suas terras no interior do Estado e pela expulsão da população da cidade para sua periferia, pela especulação imobiliária que, segundo José Walter Nunes, é muito intensa em Belém e também se encarrega de expulsar a população das áreas com infra-estrutura e serviços urbanos para a periferia. Com 100 mil habitantes, Bengüi é uma grande favela, com uma população vinculada ao setor terciário da economia, onde as crianças são obrigadas a trabalhar desde cedo e grande número de menores trabalha como vendedores ambulantes de frutas e doces e como engraxates.

— O projeto Bengüi surgiu pela necessidade de atender a demanda de uma população de 1ª a 4ª séries, defasada em série e idade, a partir da compreensão da realidade cultural vivenciada pelos alunos, em 1981 — conta Nunes. O projeto desenvolve atividades em educação, saúde e produção, com 1 mil e 50 alunos, entre sete a 14 anos. Além da alfabetização, são desenvolvidas práticas profissionalizantes integradas ao currículo, envolvendo estudantes até 17 anos. O trabalho de educação para a saúde é feito com alunos, pais e grupos de mulheres. "É uma experiência que leva em conta as condições de vida dos alunos, refletindo com eles o seu dia-a-dia, e, a partir daí, criando o material pedagógico utilizado em sala de aula, bem como buscando formas organizadas de defender seus interesses nas práticas de trabalho".

A escola de Bengüi apresenta uma inovação importante na forma de gestão. A escola é gerida por um conselho de pais, professores e diretores da República do Pequeno Vendedor, outra inovação importante, que pode levar a um questionamento dos critérios adotados nas escolas tradicionais, refere-se à arquitetura. A escola foi construída pela comunidade, com uma arquitetura adaptada às condições climáticas e culturais da região, cuja população é marcada pela ascendência indígena, lembrando as cabanas dos índios. São construções circulares, avarandadas, com piso de cimento, de baixo custo e boa ventilação.

### SERINGAL

O projeto Participação e Mudança, na periferia de Rio Branco, está sendo desenvolvido em quatro escolas, com cerca de 1 mil e 500 alunos. "Em geral, são áreas de invasão, com alguns bairros de urbanização recente", explica a socióloga Nanci Magalhães, que acom-

panha o projeto pela Fundação Pró-Memória. O currículo é discutido por professores, alunos, pais e funcionários e o tema central que eles escolheram para o trabalho nas escolas foi "Vamos fazer deste bairro um seringal-cidade", tendo como símbolo as seringueiras e castanheiras que foram plantadas no bairro.

"A periferia de Rio Branco nada mais é que um seringal vestido de cidade," dizem os habitantes de Bengüi. O mote inicial do trabalho foi o resgate da origem do bairro. Há duas décadas, segundo a socióloga, Bengüi foi um seringal. "Sendo assim, o trabalho de resgate da história do bairro é um verdadeiro trabalho de resgate da história do Acre, de seringal à colônia, à fazenda agropecuária e, por fim, à invasão e à configuração atual dos bairros da cidade.

Além do trabalho na periferia de Rio Branco, o projeto interação atua também junto aos trabalhadores do Acre que vivem diretamente da extração da borracha, através do projeto Seringueiro que, há quatro anos, desenvolve formas alternativas de educação rural. Os próprios seringueiros atuam como professores e o calendário escolar obedece ao calendário da produção de borracha e castanha. Com aulas nos fins de semana, os seringueiros de Xapuri, em seis escolas construídas de acordo com a arquitetura regional, nas florestas, vêm sendo alfabetizados por métodos baseados na participação e na cultura local.

### INDÍGENAS

As experiências em áreas indígenas já produziram o primeiro lançamento, no Brasil, de um livro bilingüe, escrito em Ticuna, com tradução para o português. Os ministros da Educação e o da Cultura, Marco Maciel e Aluisio Pimental, participaram, ao lado de oito líderes indígenas, do lançamento do livro "Toru-Dou-Gu, nosso povo", em junho deste ano, em Brasília.

Segundo a antropóloga e lingüista Ana Suelli Cabral, que acompanha os projetos "Uma experiência de autoria", no Acre, voltado para a formação de professores índios seringueiros de seis nações diferentes, e "Os ticuna como agentes de um processo de educação integrada", no Amazonas, "A interação tem estimulado a prática de uma escola feita com e para o índio".

Através de convênios com a Funai, a Secretaria de Educação do Acre e a Comissão Pró-Índio/AC, as propostas de interação vêm sendo assimiladas e ampliadas para outras escolas. "Atualmente são 21 as escolas indígenas acreanas que buscam integrar a educação básica aos seus contextos específicos", afirma Ana Suelli Cabral.

Para o coordenador do grupo de trabalho do Projeto Interação, com 60 projetos cobrindo todas as regiões do País, professor José Silva Quintas, "a comunidade sabe o que é melhor para ela" e somente através do diálogo entre o saber oficial, cristalizado, e o conhecimento da comunidade, a cultura do dia-a-dia será possível repensar e democratizar a escola brasileira.